

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

### **I - Introdução**

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo apresentar a análise e o planejamento para a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados de engenharia, topografia e de apoio às atividades topográficas, executados sob demanda, com o objetivo de subsidiar estudos, projetos, obras e serviços promovidos pelos municípios consorciados, em áreas urbanas e rurais, no âmbito do Consórcio Público, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O presente documento foi elaborado considerando as disposições gerais da referida lei, com especial atenção ao Art. 72, que detalha os requisitos para processos de contratação direta aplicáveis à contratação direta proposta.

A Contratação Direta se mostra a solução mais adequada para atender à necessidade dos municípios consorciados, garantindo a continuidade de serviços essenciais e a otimização dos recursos públicos, em alinhamento com os princípios da eficiência, economicidade e transparência previstos na legislação vigente.

Conforme o Art. 72, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo de contratação direta deve ser instruído com o documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

### **II - Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Historicamente, os serviços de topografia, georreferenciamento e delimitação territorial eram executados por meio da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapecerica (AMVI). No entanto, devido a alterações em sua finalidade institucional e estatutária, a AMVI deixou de oferecer tais serviços, tornando inviável a continuidade da prestação desses serviços por meio dessa entidade.

Diante desse cenário, e para evitar a descontinuidade de serviços essenciais à execução de políticas públicas locais e prevenir prejuízos às obras públicas em curso e futuras, o Consórcio Intermunicipal e Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI, no exercício de suas competências, propõe a contratação direta de empresa prestadora de serviços especializados na área de topografia que atuavam junto à AMVI.

A Contratação Direta se justifica por se tratar de serviço de natureza de engenharia que envolve valores inferiores a R\$ 250.902,30 (duzentos e cinquenta mil novecentos e dois reais e trinta centavos), conforme art. 75, inc. I e § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a atualização de valor contida no anexo do Decreto Federal nº 12.343/2024.

### **III - Descrição da Necessidade da Contratação**

Os serviços previstos são necessários para subsidiar ações técnicas que demandam levantamentos topográficos, georreferenciamentos e delimitações territoriais. Estes são indispensáveis para a manutenção e construção de estradas vicinais, pontes, mata-burros

e sistemas de drenagem pluvial, bem como para outras intervenções relacionadas ao planejamento urbano e rural, regularização fundiária, execução de obras públicas e gestão territorial nos municípios consorciados do CIMMMVI.

Ressalta-se que os municípios consorciados não possuem em seu quadro pessoal qualificado para atender a essas demandas de forma permanente, sendo os serviços de caráter ocasional, o que reforça a importância da contratação direta de mão de obra.

#### **IV - Descrição dos requisitos para contratação do objeto**

Os serviços a serem contratados incluem:

- Serviços de topografia em geral: Realizar levantamentos e trabalhos topográficos, efetuar reconhecimento básico da área programada para elaborar traçados técnicos, executar trabalhos topográficos relativos a balizamento, colocação de estacas, referências de nível, entre outros, e executar tarefas correlatas conforme necessidade.

#### **V - Levantamento Preliminar de Balizamento da Solução**

A solução que melhor atende os municípios consorciados, e que proporciona maiores ganhos em termos de economicidade e interesse público, é a contratação direta.

Esta modalidade permite dar continuidade às obras em andamento, tornando os municípios mais eficientes. Foi realizada pesquisa nas contratações realizadas por órgãos públicos para aferir os valores cotados pelo órgão, embasando o valor a ser pago pela prestação dos serviços. Este levantamento preliminar foi fundamental para estabelecer um parâmetro de qualidade e custo, visando a eficiência e a eficácia na contratação de fornecedores.

#### **VI - Estimativa de Despesa**

O Art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o processo de contratação direta deve conter a estimativa de despesa, calculada na forma do Art. 23 da mesma Lei.

A estimativa de despesa para esta contratação foi realizada com base em contratações diretas realizadas por outros municípios do âmbito da Administração Pública, levando em consideração a média simples dos valores contratados pelos municípios.

#### **VII - Estimativas dos Quantitativos para a Contratação**

Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos, cujos valores unitários foram balizados pela consulta de compra diretas de outros municípios da Administração Pública:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de topografia em geral e correlatos diversos	Horas	1.268	R\$ 63,08	R\$ 79.985,44

#### **VIII - Estimativa do Valor da Contratação**

Para encontrar a estimativa do valor da contratação, foram consultadas as seguintes contratações diretas:

MUNICÍPIO/ÓRGÃO	LICITAÇÃO Nº	UNID.	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
Central de Minas/MG	14/2025	Mês	12	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
Santa Rita do Sapucaí/MG	51/2025	Horas	150	R\$ 60,00	R\$ 9.000,00
Governador Lindenberg/ES	25/2024	Mês	6	R\$ 8.972,22	R\$ 53.833,33
CIMINAS	23/2024	Horas	36.537	R\$ 138,12	R\$ 5.046.490,44
Poço Fundo/MG	44/2025	Horas	2.500	R\$ 49,50	R\$ 150.125,00
CISREC	50/2024	Horas	10.583	R\$ 40,15	R\$ 424.907,45

Sendo assim, para viabilizar a contratação conforme demanda, é necessário converter todos os valores supracitados para unidade de medida de horas, que, utilizaremos apenas para fins de cálculos, 22 úteis dias no mês, bem como 8h de trabalho.

Deste modo, passa-se à conversão dos itens:

**a) Central de Minas/MG: R\$ 7.000,00/mês**

R\$ 7.000,00/22 dias úteis = R\$ 318,18/dia

R\$ 318,18/8 horas = R\$ 39,77/Hora

**b) Santa Rita do Sapucaí/MG: R\$ 60,00/hora**

**c) Governador Lindenberg/ES: R\$ 8.972,22/mês**

R\$ 8.972,22/22 dias úteis  $\cong$  R\$ 407,82/dia

R\$ 407,82/8 horas = R\$ 50,98/hora

**d) CIMINAS: R\$ 138,12/hora**

**e) Poço Fundo: R\$ 49,50/hora**

**f) CISREC: R\$ 40,15/hora**

Sendo assim, para obter um valor exato estimado, calculamos a média simples dos valores encontrados acima, que consiste na soma de todos os valores e a divisão do resultado pela quantidade de valores somados, conforme abaixo:

$$\frac{(\text{R\$ } 39,77 + \text{R\$ } 60,00 + \text{R\$ } 50,98 + \text{R\$ } 138,12 + \text{R\$ } 49,50 + \text{R\$ } 40,15)}{6}$$

6

$$\text{R\$ } 378,52$$

6

**MÉDIA = R\$ 63,08/Hora**

Nos termos do art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em valor equivalente à diferença

entre esse orçamento e o valor proposto, como medida de mitigação do risco de inexecutabilidade.

Essa regra estabelece um marco percentual (15%) que acende um alerta sobre a consistência econômica da proposta quando esta se afasta significativamente do orçamento de referência.

No presente caso, observou-se que a diferença entre a mediana dos valores obtidos nas pesquisas de mercado e os parâmetros do SINAPI para topógrafo e auxiliar de campo supera 20%, mesmo sem considerar custos de BDI, mobilização, deslocamento ou encargos indiretos. Tal desvio é superior ao limite de 15% previsto na legislação como indicativo de risco contratual, o que compromete a segurança da estimativa.

Diante disso, a utilização da mediana como valor de referência poderia artificialmente reduzir o orçamento estimado, tornando-o tecnicamente incompatível com os custos reais envolvidos na execução dos serviços, além de potencialmente induzir à rejeição de propostas viáveis ou estimular disputas com margens economicamente frágeis.

Assim, a adoção da média simples se mostra mais prudente e alinhada aos princípios da economicidade, razoabilidade e segurança jurídica, uma vez que:

- a) Capta a tendência geral dos valores praticados no mercado;
- b) Corrige distorções ocasionadas por variações pontuais nos dados;
- c) Permite maior aderência aos parâmetros legais de exequibilidade contratual;
- d) Evita fixar um valor estimado que gere riscos de frustração da licitação ou execução deficitária.

Portanto, com fundamento técnico e respaldo normativo, adota-se a média como base de referência para o valor estimado da contratação dos serviços de engenharia objeto deste processo.

Nesse liame, foram solicitadas as dotações orçamentárias dos municípios que se interessassem nos serviços de topografia fornecidos pelo CIMMVI, para que fossem contabilizadas as quantidades de serviços de acordo com a dotação orçamentária disponível para tal.

Seguindo, observa-se que alguns municípios disponibilizaram valores muito inferiores a outros em suas respectivas dotações:

MUNICÍPIO	VALOR DISPONÍVEL NA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
São Gonçalo do Pará	R\$ 20.000,00
Perdigão	R\$ 44.490,91
Lagoa da Prata	R\$ 100.000,00
Conceição do Pará	R\$ 213.000,00
Igaratinga	R\$ 250.000,00

Assim, devemos nos atentar para que a quantidade de horas não ultrapassem o valor total disponível na dotação orçamentária dos municípios.

Deste modo, definimos a quantidade de serviços que cada município poderá solicitar, garantindo que os serviços prestados não ultrapassasse os valores disponíveis, bem como a equidade para os municípios:

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
São Gonçalo do Pará	317 Horas	R\$ 63,08	R\$ 19.996,36
Perdigão	705 Horas	R\$ 63,08	R\$ 44.471,40
Lagoa da Prata	985 Horas	R\$ 63,08	R\$ 62.133,80
Conceição do Pará	985 Horas	R\$ 63,08	R\$ 62.133,80
Igaratinga	985 Horas	R\$ 63,08	R\$ 62.133,80
<b>TOTAL:</b>	<b>3.977 Horas</b>		<b>R\$ 250.869,16</b>

Porém, no âmbito da presente dispensa de licitação, será considerado o quantitativo de 1.268, no valor total de R\$ 79.985,44, conforme tabela do item VII deste ETP, tendo em vista que o contrato ora proposto destina-se a atender parcialmente os quantitativos previstos no Programa.

A presente delimitação decorre da estratégia de execução sob demanda, a qual contempla apenas as necessidades específicas e imediatas dos Municípios consorciados, não abrangendo a totalidade dos volumes estimados no planejamento global do Programa.

Portanto, o quantitativo total previsto na tabela de estimativas corresponde à soma das demandas parciais aqui contempladas com aquelas que serão objeto de outros instrumentos contratuais correlatos, preservando-se a coerência orçamentária e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

#### **IX - Parecer Jurídico e Pareceres Técnicos**

De acordo com o Art. 72, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo de contratação direta deve ser instruído com parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos. A presente elaboração do ETP, bem como os demais documentos que comporão o processo de contratação direta, serão submetidos à análise da assessoria jurídica do CIMMVI para validação da conformidade legal. Os pareceres técnicos serão emitidos pelos setores responsáveis pela demanda, atestando a adequação técnica da solução proposta e a necessidade dos serviços.

#### **X - Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto**

##### **Descrição da Solução**

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de topografia e de apoio às atividades topográficas, executados sob demanda, com o objetivo de subsidiar estudos, projetos, obras e serviços promovidos pelos municípios

consorciados, em áreas urbanas e rurais, no âmbito do Consórcio Público. A solução contempla as seguintes frentes de atuação:

## **I – Serviços de Topografia em Geral**

Consistem na realização de atividades técnicas especializadas de medição e representação de terrenos e construções, observando os seguintes pontos:

**Reconhecimento de campo (reconhecimento in loco):** Identificação prévia da área objeto do levantamento, com observação de acidentes geográficos, interferências naturais e antrópicas, marcos e limites físicos e legais.

**Levantamentos planialtimétricos e planimétricos:** Medição e demarcação de pontos com uso de equipamentos como estação total, GPS de alta precisão (RTK), níveis, teodolitos, drones com RTK/PPK, entre outros.

**Elaboração de traçados técnicos:** Geração de croquis, plantas e memoriais descritivos com base nos dados obtidos em campo, conforme as normas da ABNT aplicáveis e exigências dos órgãos públicos competentes.

**Implantação de marcos topográficos:** Balizamento, colocação de estacas, piquetes, referências de nível (RN) e marcos georreferenciados para apoio a obras e projetos.

**Georreferenciamento de imóveis:** Quando requerido, com base na legislação vigente (INCRA, registros de imóveis, etc.).

**Elaboração de relatórios técnicos e memoriais:** Contendo todos os dados coletados e processados, com apresentação de resultados em formato digital e/ou impresso, conforme demanda.

**Apoio a projetos de infraestrutura:** Subsidiar obras públicas (estradas, pontes, redes de drenagem, abastecimento e esgotamento sanitário, edificações públicas, etc.) com dados técnicos precisos.

## **II – Serviços de Auxiliar de Topografia em Geral**

Atividades de apoio operacional aos serviços técnicos de topografia, incluindo:

**Preparação do local:** Limpeza e demarcação inicial da área a ser levantada, abertura de trilhas quando necessário.

**Montagem e apoio no manuseio de equipamentos:** Transporte, instalação, calibração assistida e proteção de equipamentos topográficos.

**Apoio à coleta de dados:** Posicionamento de estacas, piquetes e balizas; auxílio no manejo de acessórios e insumos utilizados nos levantamentos.

**Organização da área de trabalho:** Garantia de condições adequadas de segurança, visibilidade e logística durante a execução dos serviços técnicos.

**Execução de tarefas correlatas:** Conforme necessidade da equipe de topografia ou por determinação do profissional responsável técnico pelo serviço.

## **XI - Comprovação de Habilitação e Qualificação Mínima Necessária**

O Art. 72, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 exige a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. No processo de credenciamento, serão estabelecidos critérios claros e objetivos para a habilitação dos interessados, incluindo:

- **Habilitação Jurídica:** Documentação que comprove a existência legal da empresa ou profissional autônomo, como registro comercial, estatuto social, ou documento de identidade e CPF para pessoas físicas.
- **Qualificação Técnica:** Comprovação de aptidão para a execução dos serviços, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a realização de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto da contratação. Serão exigidos profissionais com registro no conselho de classe competente (CREA/CAU) e experiência comprovada na área de topografia.
- **Qualificação Econômico-Financeira:** Documentação que demonstre a boa situação financeira do interessado, como balanço patrimonial, certidões negativas de falência ou recuperação judicial, e índices de liquidez, quando aplicável.
- **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Apresentação de certidões de regularidade fiscal (federal, estadual e municipal) e trabalhista (FGTS, CNDT), comprovando o cumprimento das obrigações tributárias e trabalhistas.

Estes requisitos visam assegurar que apenas profissionais e empresas aptas e qualificadas sejam credenciadas, garantindo a qualidade e a segurança na prestação dos serviços.

## **XII - Justificativa quanto à natureza do serviço e enquadramento legal**

Os serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar - topografia, georreferenciamento e delimitação territorial - são classificados como serviços de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei Federal nº 14.133/2021, por envolverem a aplicação de conhecimentos técnicos especializados de engenharia, demandando profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e utilização de métodos e instrumentos próprios da atividade.

Entretanto, não se trata de serviço especial de engenharia, de acordo com o inc. XXI do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que:

- a) não envolve elaboração de projeto ou execução de obra de complexidade técnica singular;
- b) não exige criação ou desenvolvimento inédito de solução de engenharia;
- c) não se reveste de alta heterogeneidade ou risco tecnológico que o diferencie substancialmente dos serviços comuns de engenharia;
- d) sua execução segue métodos e técnicas amplamente consolidados no mercado, com padrão de execução previamente definido e sem necessidade de soluções personalizadas complexas.



O enquadramento como serviço de engenharia, mas não como serviço especial de engenharia, tem impacto direto na definição da modalidade e nos procedimentos de contratação, permitindo a aplicação do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de dispensa de licitação em razão do valor estimado, sem as exigências adicionais aplicáveis aos serviços especiais de engenharia.

### **XIII - Justificativa para vedação à subcontratação do objeto**

Considerando a natureza e a simplicidade operacional dos serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar consistentes em atividades de topografia, georreferenciamento e delimitação territorial, verifica-se que a execução direta pela contratada é essencial para assegurar a qualidade, a continuidade e o controle técnico adequado das atividades.

A eventual subcontratação poderia acarretar riscos significativos, tais com a perda de controle técnico e gerencial sobre a execução, dificultando a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento integral das especificações contratuais, bem como a incerteza quanto à longevidade operacional do prestador efetivamente responsável, dada a possibilidade de substituições não previstas ou interrupções contratuais decorrentes de acordos particulares entre a contratada e terceiros.

Além disso, a subcontratação do objeto poderia acarretar em onerosidade administrativa e aumento de custos indiretos, uma vez que a gestão e fiscalização seriam duplicadas tanto sobre a contratada formal quanto sobre os subcontratados, demandando mais recursos humanos e administrativos por parte do Consórcio.

Dessa forma, visando à preservação do interesse público, à eficiência administrativa e à economicidade na execução contratual, será vedada a subcontratação parcial ou total do objeto. A execução direta pela contratada garante maior segurança na gestão do contrato, reduz riscos de descontinuidade e mantém a previsibilidade operacional e financeira ao longo de sua vigência.

### **XIV - Justificativa de Preço**

A presente justificativa tem como objetivo demonstrar a compatibilidade dos preços estimados para a contratação de empresa prestadora de serviços de topografia, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021, em especial no que se refere à vantajosidade, razoabilidade e conformidade com os preços praticados no mercado.

Para a elaboração da estimativa de preços, foram consideradas contratações públicas homologadas nos últimos 12 meses, com escopo e regime de execução tão semelhantes quanto possível, conforme dados disponíveis e apresentados nas tabelas acima, garantindo, assim, a aderência à realidade do mercado atual.

Tais referências públicas demonstram que os valores estimados para a presente contratação apresentam uma redução de 3,25% em relação ao valor referencial previsto na Tabela SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Caixa/IBGE), vigente para o Estado de Minas Gerais no mês de maio de 2025.



Cabe destacar que, para a adequada execução dos serviços topográficos foi definida a atuação conjunta de um topógrafo e de um auxiliar de topógrafo. Na referida tabela SINAPI, a soma dos custos horistas de ambos profissionais resulta em R\$ 65,20 por hora de serviço (sendo R\$ 44,98 para o topógrafo e R\$ 20,22 para o auxiliar).

Este valor, contudo, não contempla encargos adicionais, como os custos indiretos com mobilização, disponibilização de equipamentos e materiais, tampouco a aplicação de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

Portanto, a aferição da vantajosidade econômica se dá justamente pelo fato de que o valor estimado para a contratação com fundamento nos contratos homologados está abaixo do parâmetro oficial da SINAPI, mesmo sem considerar os custos indiretos e lucratividade do setor empresarial no bojo da execução contratual.

Conclui-se, portanto, que os preços propostos são razoáveis, economicamente vantajosos e refletem a boa prática administrativa, garantindo equilíbrio financeiro e a adequada execução contratual por demanda, compatível com a dinâmica dos municípios consorciados.

#### **XV - Justificativa para a não exigência de garantia contratual**

A não exigência de garantia contratual para a presente contratação fundamenta-se em critérios de economicidade, proporcionalidade e adequação ao objeto.

Primeiramente, o valor econômico estimado é baixo, de modo que a imposição de garantia poderia desestimular a participação de empresas interessadas e encarecer indiretamente o custo global da prestação do serviço, uma vez que o licitante repassaria ao preço final os custos de obtenção e manutenção da garantia. Tal circunstância poderia reduzir a competitividade e a atratividade da contratação para o mercado, especialmente para empresas de pequeno e médio porte, contrariando o princípio da ampla participação.

Adicionalmente, o serviço será executado sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço pelo Consórcio, e no regime de prestação episódica. Nessas condições, eventual descumprimento contratual por parte da contratada não geraria prejuízos materiais significativos ou irreversíveis à Administração, pois a prestação não se vincula a obras ou etapas críticas cujo atraso comprometa empreendimentos de grande porte ou cause danos imediatos ao erário.

Em caso de inexecução, bastaria ao Consórcio instaurar novo procedimento de dispensa de licitação, que, pela própria natureza e celeridade legal, permitiria a contratação tempestiva de prestador devidamente qualificado, mitigando qualquer risco de descontinuidade relevante.

Assim, a dispensa de garantia contratual revela-se proporcional e alinhada ao interesse público, atendendo ao disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece

a exigência de garantia como faculdade do contratante, devendo sua imposição considerar o equilíbrio entre risco, valor do contrato e preservação da competitividade.

#### **XVI - Justificativa para a não exigência de vistoria local**

Não será necessária a realização de vistoria prévia por parte dos interessados, uma vez que o objeto contratado consiste em serviços comuns de engenharia, abrangendo levantamentos topográficos e atividades correlatas, a serem executados sob demanda, em localidades já previamente mapeadas e caracterizadas neste Estudo Técnico Preliminar.

A natureza desses serviços, aliada à sua padronização técnica e metodológica, permite que sejam integralmente dimensionados com base nas informações já disponibilizadas nos documentos do processo, sem necessidade de deslocamento prévio para análise in loco. Trata-se de atividades rotineiras e amplamente difundidas no mercado, cujas condições de execução são compatíveis com demandas usuais da Administração Pública, não havendo peculiaridades locais que exijam verificação presencial para a formulação de proposta.

Além disso, os pontos de execução serão definidos ao longo da vigência contratual, mediante emissão de ordens de serviço, o que inviabiliza a realização de uma vistoria única e centralizada. A definição gradual das frentes de trabalho garante que o contratado disponha de tempo hábil para planejar a execução em cada localidade, mantendo a eficiência e a qualidade do serviço.

Dessa forma, a dispensa de vistoria prévia representa medida razoável e proporcional, evitando custos e deslocamentos desnecessários aos licitantes, sem comprometer a compreensão do objeto ou a segurança técnica da execução, preservando-se, assim, a ampla competitividade e a eficiência administrativa.

#### **XVII - Autorização da Autoridade Competente**

O Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece a necessidade de autorização da autoridade competente para a contratação direta.

O presente Estudo Técnico Preliminar, após sua conclusão e aprovação pelas áreas técnicas e jurídicas, será encaminhado à autoridade competente do CIMMVI para a devida autorização, formalizando o início do processo de Contratação Direta.

A autorização da autoridade competente valida a necessidade da contratação, a adequação da solução proposta e a conformidade com a legislação vigente.

#### **XVII - Contratações Interdependentes e/ou Correlatas**

As contratações correlatas ao presente procedimento referem-se aos prestadores de serviço responsáveis pela execução material direta do interesse público vinculado ao objeto.

Cabe destacar que a presente proposta pode associar-se a diversas modalidades de contratação por intermédio do consórcio, contemplando estudo técnico que apresente aquela de maior vantajosidade, incluindo assim as licitações, contratações diretas, inexigibilidades, incluindo o emprego sistemático de instrumentos auxiliares, como o credenciamento e o sistema de registro de preços.

### **XVIII - Resultados Pretendidos com a Contratação**

A expectativa dos resultados a serem alcançados com a presente contratação são:

- a) Melhoria na qualidade dos projetos: A contratação de profissionais especializados e qualificados garantirá a execução de levantamentos e trabalhos topográficos com maior precisão e qualidade, impactando positivamente na elaboração e execução de projetos.
- b) Agilidade e compatibilização: O credenciamento permitirá uma resposta mais rápida às demandas dos municípios, otimizando o tempo de execução dos serviços e facilitando a compatibilização com outras etapas de projetos e obras.
- c) Evitar acumulação na fila para desenvolvimento dos projetos: A disponibilidade de múltiplos prestadores de serviço credenciados reduzirá a sobrecarga de trabalho e a formação de filas, agilizando o desenvolvimento de novos projetos.
- d) Poderá ser executado sem interrupções de outras demandas: A contratação externa dos serviços de topografia liberará os recursos internos dos municípios para outras demandas essenciais, garantindo a continuidade das atividades administrativas sem interrupções.

### **XIX - Medidas Relativas à Fiscalização do Contrato**

A fiscalização do contrato decorrente da presente dispensa de licitação será de responsabilidade do CIMMVI, que atuará como fiscal da execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Consórcio designará formalmente servidores para exercerem a fiscalização, os quais acompanharão a prestação dos serviços de forma contínua, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

A fiscalização envolverá a análise da conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, os prazos e as condições previstas no contrato, bem como a verificação da documentação de suporte, como ordens de serviço, relatórios de execução, registros fotográficos, e laudos de vistoria.

Sempre que necessário, o Consórcio poderá contar com o apoio técnico dos municípios consorciados, especialmente para validação local da efetiva prestação dos serviços.

### **XX - Possíveis Impactos Ambientais e Tratamentos**

O objeto deste estudo, que se refere à contratação de serviços de topografia, georreferenciamento e delimitação territorial, não causa impactos negativos significativos sobre o meio ambiente. As atividades a serem desenvolvidas são de natureza técnica e não envolvem intervenções que possam gerar danos ambientais relevantes. Eventuais pequenos impactos, como o descarte de resíduos ou a movimentação de equipamentos, serão mitigados por meio da observância das boas práticas ambientais e da legislação pertinente.

#### **XXI - Justificativa para a não garantia da contratação**

A não exigência de garantia contratual para a presente contratação se justifica em razão do baixo valor estimado da contratação, o que visa evitar a restrição indevida à competitividade e não excluir empresas idôneas e qualificadas para a execução do objeto.

A exigência de garantia, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, é facultativa e deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, especialmente quando aplicada a contratações de pequeno porte ou com risco reduzido. Além disso, para mitigar eventuais riscos à Administração, será exigida da licitante vencedora a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, notadamente por meio da demonstração de que:

Não se encontra em situação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou insolvência declarada;

Não está sujeita a processo de execução fiscal ou cível que comprometa sua regularidade econômico-financeira;

Apresenta índice de liquidez geral igual ou superior a 1, evidenciando capacidade para honrar obrigações de curto e longo prazo.

Dessa forma, preserva-se o interesse público, assegura-se a segurança na execução contratual e garante-se a ampla participação de empresas habilitadas, especialmente de pequeno e médio porte, que poderiam ser desestimuladas ou inviabilizadas pela exigência da garantia.

#### **XXII - Declaração de Viabilidade da Contratação**

A equipe de planejamento declara que a contratação é viável. A prestação dos serviços não estabelecerá vínculo empregatício entre os funcionários da Contratada e a Administração Municipal, evitando qualquer relação de pessoalidade e subordinação direta.

A viabilidade da contratação é respaldada pela economia gerada através do ganho de escala, pela eficiência resultante da redução de custos administrativos com a diminuição da fragmentação dos processos licitatórios e pela efetividade garantida pela padronização dos materiais.

Adicionalmente, a contratação atende às demandas formuladas, os benefícios esperados são adequados, os custos previstos são compatíveis e refletem economicidade, e os

riscos envolvidos são administráveis. Com base nas informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), concluímos que a contratação é tecnicamente viável.

### **XXIII - Modalidade de Contratação Sugerida**

Em razão da especificidade do objeto e da estimativa dos preços, a sugestão é pela adoção do procedimento de contratação mais adequado para o atendimento satisfatório da demanda, que, neste caso, é a Contratação Direta.

### **XXIV - Justificativa da Modalidade de Contratação Direta**

A presente contratação direta de empresa especializada na prestação de serviços topográficos encontra amparo legal no art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia cujo valor não ultrapasse o limite estabelecido em seu § 1º. Especificamente, o § 2º do referido artigo determina que os limites legais devem ser atualizados anualmente por ato do Poder Executivo Federal.

No presente caso, o valor estimado para a contratação é inferior a R\$ 250.902,30 (duzentos e cinquenta mil, novecentos e dois reais e trinta centavos), montante que se enquadra dentro do teto estabelecido para dispensa de licitação, conforme atualização monetária prevista no Anexo do Decreto Federal nº 12.343/2024.

Ademais, trata-se de serviço de natureza técnica e especializada, classificado como serviço de engenharia, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre a atividade topográfica, o que reforça a adequação da modalidade de contratação direta por dispensa de licitação.

Dessa forma, resta plenamente justificada a adoção da presente modalidade, assegurando a legalidade, economicidade e eficiência da contratação, conforme preceitos da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

### **XXV - Anexos que Instruem o ETP**

O presente Estudo Técnico Preliminar, visando à contratação que especifica, foi elaborado de acordo com as necessidades apresentadas pelos municípios consorciados. Quaisquer documentos complementares, como especificações detalhadas dos serviços ou memoriais descritivos, serão anexados ao processo de credenciamento, conforme a necessidade e a complexidade da demanda.

### **XXVI - Dotações Orçamentárias Vigentes**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:


Outros Serv. Terceiros PJ - 03.01.02.04.122.0002.2002.3.3.90.39.00

### **XXVII - Termo de Encaminhamento**

Faz-se, por este, o encaminhamento da demanda aos setores de compras e licitações, para as providências pertinentes, para efeito do procedimento de contratação, na forma legal.

Divinópolis/MG, 13 de agosto de 2025.

Responsável pela Elaboração do ETP:

Documento assinado digitalmente  
 **LUANA JUNIA SILVA**  
Data: 13/08/2025 14:19:27-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Luana Júnia Silva

cim  
mvi